



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP  
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

Decisão nº 23617772/2022-URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

Assunto: **Decisão acerca de defesa contra multa migratória**

Destino: **URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP**

Processo: **08506.002214/2022-55**

Interessado: **CARMEN DELIA ARAUJO**

Trata-se de defesa interposta em 07/04/2022 pelo interessado **CARMEN DELIA ARAUJO**, americana, contra o Auto de Infração e Notificação nº 1347\_00042\_2022, lavrado em 25/03/2022 (Documento nº 22650330), pela Delegacia de Polícia Federal em Campinas (DPF/CAS/SP), localizada no Aeroporto Internacional de Viracopos.

Em apertada síntese, o interessado requereu que a cobrança imputada pela multa migratória fosse cancelada. Para tal pedido, o interessado suscitou as seguintes teses de defesa:

- I - Que não sabia da lei que possuía um limite máximo para permanecer no Brasil até ocorrido;
- II - Que a mãe de sua esposa foi diagnosticada com câncer e, por isso, ela teve que regressar para Porto Rico.

Preliminarmente, reconheço a defesa apresentada e enviada por meio de correio eletrônico para esta unidade (Documento nº 22650457), de acordo com o princípio do contraditório e da ampla defesa, balizador do Ordenamento Jurídico pátrio.

Prossigo para decisão quanto ao mérito.

### **É o relatório.**

É imperioso salientar que, a Polícia Federal, diante de suas atribuições que encontram-se expressamente previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), não possui a responsabilidade de informar os imigrantes que encontram-se em território nacional, que estes devem prosseguir com a solicitação de prorrogação de estada legal no país. Logo, não há de se falar em "necessidade de informação" para terceiros visitantes, como se delineia do artigo 144, § 1º da constituição, dispositivo no qual enumera quais são as atribuições da Polícia Federal, *ipsis litteris*:

*"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:*

*I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (g.n.)*

Ora, por meio da leitura do artigo supratranscrito, não se pode alegar que a Polícia Federal possui, como função, advertir os visitantes de suas obrigações migratórias para com os órgãos reguladores desta, no caso em apreço, a Polícia Federal.

Ademais, de acordo com os princípios fundamentais da Administração Pública, devemos destacar o da legalidade, que traz à baila a disposição de que ninguém pode alegar desconhecimento da lei, com fulcro na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em seu artigo 3, como se denota:

*"Art. 3. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece." (g.n.)*

Contudo, em conformidade com a Instrução Normativa nº 198-DG/PF, de 16 de junho de 2021, que estabelece como parâmetro, para pessoa física, o valor máximo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) de multa base diária para as infrações decorrentes da Lei nº 13.445/2017. Art. 109, inciso II, é justo que o montante seja equitativamente reduzido, de acordo com o teto estabelecido pela instrução.

Diante disso e considerando sua condição econômica,

**Decido** que seja reduzido o valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) da multa aplicada no auto supracitado, e seja adotado o valor de R\$ 2.500 (Dois mil e quinhentos reais), visto que o interessado ultrapassou em 100 (cem) dias o prazo de estada legal no país.

Publique-se esta decisão no sítio da Polícia Federal e notifique-se o interessado.

ALEX HALTI CABRAL  
Papiloscopista de Polícia Federal  
Classe Especial – Mat. 12.972  
Chefe da URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP



Documento assinado eletronicamente por **ALEX HALTI CABRAL, Papiloscopista Policial Federal**, em 08/06/2022, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23617772** e o código CRC **65469112**.



---

**Referência:** Processo nº 08506.002214/2022-55

SEI nº 23617772